

Elite política regional e
formação de um partido
nacional: organização
interna, desempenho eleitoral
e extinção do Partido
Republicano Liberal (Estado
do Paraná, 1913-1915)

Regional political elite and
formation of a national party:
internal organization, electoral
performance and extinction of
the Liberal Republican Party
(State of Paraná, 1913-1915)

Sandro Aramis Richter Gomes¹

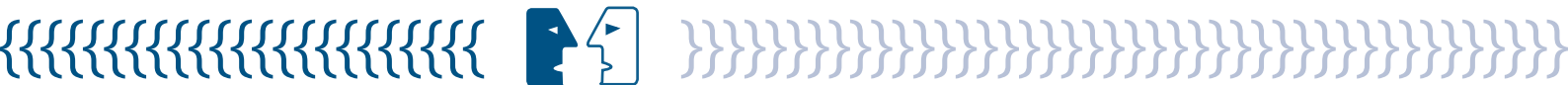


Resumo: Este artigo apresenta uma análise sobre a participação de integrantes da elite política paranaense na criação de um partido nacional, o Partido Republicano Liberal (PRL). O objetivo deste estudo é a produção de um conhecimento sobre os fatores que ocasionaram a implantação e a dissolução da citada agremiação no Estado do Paraná, entre os anos de 1913 e 1915. Um argumento capital desta análise afirma que a elite dirigente do PRL no Paraná contava com a presença de egressos do partido governista que existia nesse estado. As lideranças municipais dessa agremiação também tiveram passagens pela agremiação situacionista. Assim, a fundação de diretórios desse partido no Paraná foi uma estratégia para antigos governistas permanecerem politicamente ativos. Outra constatação deste artigo salienta que o desempenho eleitoral de candidatos do PRL a deputado estadual foi mais expressivo do que o desempenho de candidatos avulsos.

Palavras-chave: Diretórios partidários; Elites regionais; Partidos políticos; Primeira República.

Abstract: This article investigates the participation of sectors of the Paraná political elite in the local implantation of a national party, namely Liberal Republican Party (PRL). The objective of the present study is to produce knowledge about the factors that led to the creation and dissolution of this party in the State of Paraná between the years 1913 and 1915. One argument from this analysis states that the core group of the Paraná PRL was composed of individuals who had belonged to the predominant party of Paraná. The leaders of this association in the municipalities of Paraná also had passage through the party that supported the government. Thus, a foundation of these political party committees in Paraná was a strategy for former government supporters who remain politically active. The electoral performance of candidates from the PRL to state deputy was more expressive than the performance of independent candidates.

Keywords: First Republic; Regional elites; Political parties; Political parties committees.



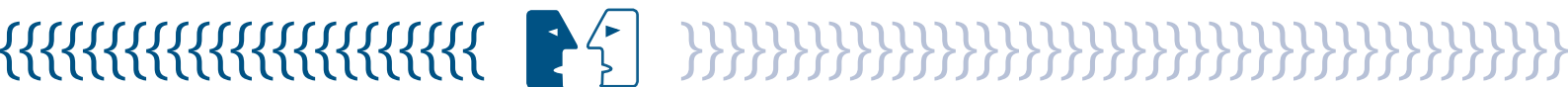
Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação sobre o envolvimento de membros da elite política paranaense na fundação de um partido nacional, o Partido Republicano Liberal (PRL). O objetivo desta análise é a produção de um entendimento sobre os fatores que levaram à implantação e rápida dissolução daquela agremiação no Estado do Paraná. Os processos de formação e extinção desse partido ocorreram entre os anos de 1913 e 1915. Por meio de um estudo de caso, o presente trabalho busca avançar no conhecimento da organização interna, do desempenho eleitoral e do ocaso dos raros partidos nacionais que existiram no Brasil da Primeira República.

Há três argumentos fundamentados neste artigo. O primeiro argumento contém a afirmação de que uma parcela dos dirigentes do PRL no Paraná era formada por antigos componentes do partido situacionista desse estado. Desse modo, a implantação de unidades dessa agremiação no Paraná foi uma estratégia para que políticos afastados da ordem governista permanecessem ativos no jogo partidário estadual. Trata-se de salientar, portanto, que o PRL foi enxergado por tal grupo de correligionários como um refúgio temporário, o qual lhes fornecia condições de se tornarem eleitoralmente competitivos.

Segundo, é demonstrado que a eleição de deputados estaduais pelo PRL do Paraná foi derivada da não apresentação, pelo partido governista, de uma chapa completa de candidatos ao Congresso Legislativo do Paraná. Portanto, uma parte dos fundadores do PRL foi beneficiada pelo fato de que, ocasionalmente, a agremiação situacionista concedia à oposição a faculdade de preencher um terço das vagas em eleições legislativas. A demonstração desse argumento permite evidenciar que, no Paraná, a ausência de regras para garantir a participação da oposição em instâncias do Poder Legislativo tornava o êxito eleitoral da minoria vulnerável ao modo como os governistas montavam as suas chapas de candidatos.

O terceiro argumento comporta afirmação de que o insucesso do projeto de implantar o PRL em âmbito nacional estimulou o retorno de suas principais lideranças no Paraná aos quadros da agremiação governista. Desde os anos 1900, eram inconstantes as relações dos fundadores locais do PRL com o partido predominante no estado. O regresso ao grupo situacionista implicou a conquista de cargos públicos e mandatos que os dirigentes do PRL haviam exercido no princípio de suas carreiras políticas. Após a extinção desse partido, os seus principais dirigentes no Paraná não se dedicaram a construir localmente



novos partidos de oposição.

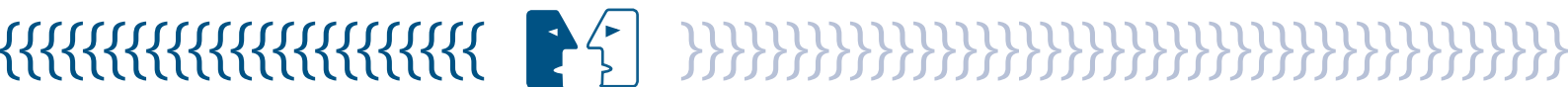
A sustentação desses argumentos não objetiva apenas formular um entendimento sobre aspectos da vida partidária e da ação política de segmentos da elite social do Paraná. Em um sentido amplo, a abordagem aqui desenvolvida propicia um conhecimento sobre os obstáculos enfrentados na execução do projeto de interiorização de um partido nacional ao tempo da Primeira República.

Há três abordagens recorrentes nos estudos acerca dos partidos políticos do Brasil da Primeira República. Uma abordagem é marcada pela construção de amplos panoramas a respeito da formação de agremiações estaduais e nacionais. Tal vertente é dedicada à investigação de temas como o contexto da criação dos partidos de oposição e situação e a atuação política de seus principais dirigentes (ANTONACCI, 1981; CASALECCHI, 1987; CHACON, 1981; DANTAS, 1989; FRANCO, 1974; MONTENEGRO, 1980; RESENDE, 1982; SAMPAIO, 1978).

Um aspecto inerente a esta corrente de análise é a ênfase nos impactos políticos das disputas ocorridas nos diretórios centrais das agremiações que apoiavam os governos estaduais. Uma limitação derivada dessa corrente de estudos é a produção de análises que dedicam pouca atenção ao processo de interiorização dos diretórios partidários. Portanto, continuam pouco conhecidos os processos de recrutamento de correligionários e de renovação dos quadros de lideranças partidárias nos estados e municípios ao tempo da Primeira República.

Outra limitação inerente a tal corrente reside em dedicar pouca ênfase ao estudo da vida interna dos partidos de oposição. A historiografia da Primeira República permanece carente de análises a respeito dos fatores que ocasionaram a formação e a dissolução das agremiações oposicionistas. As diferenças entre os partidos de oposição quanto à sua organização interna e ao seu desempenho eleitoral não se tornaram objetos frequentes dos estudos sobre a vida política do Brasil republicano.

A segunda corrente de abordagem é marcada pela ênfase nas carreiras políticas dos próceres de partidos nacionais e estaduais. Desse modo, as informações sobre a vida interna das agremiações surgem como elementos que fornecem contribuições para o entendimento de determinadas passagens das trajetórias de lideranças de projeção nacional. Nesse âmbito, convém salientar que agremiações nacionais como o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Liberal não se tornaram objeto de estudos políticos. A criação dessas agremiações é estudada de maneira pouco aprofundada em



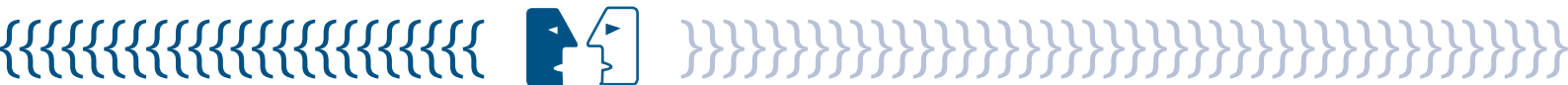
biografias de seus principais dirigentes: José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) e Rui Barbosa (1849-1923), respectivamente (FONTOURA, 1960; PORTO, 1951; VIANA FILHO, 1977).

Convém destacar que as mais recorrentes análises sobre o citado senador baiano, que foi um membro notório do PRL, dedicam especial atenção ao conteúdo das suas ideias (GONÇALVES, 2000; LYNCH, 2007). Nesse quadro, são apenas ocasionais as menções ao projeto empreendido por Rui Barbosa de implantar um partido nacional (LYNCH, 2014; MAGALHÃES JÚNIOR, 1979). Assim, permanece em estágio incipiente o estudo de seu envolvimento na vida interna dos partidos aos quais ele pertenceu (SARMENTO, 2009). Em resumo, as informações mais abundantes sobre a vida interna dos partidos criados no Brasil da Primeira República estão presentes em estudos acerca da ação política de lideranças de projeção estadual e nacional (FERREIRA, 1994; PINTO, 2011; VISCARDI, 2012). A historiografia, portanto, carece de abordagens que deem maior relevância aos modos de estruturação, gestão e ocaso dos partidos políticos existentes naquela época.

De fato, os estudos sobre competição eleitoral na Primeira República têm propiciado um avanço no entendimento acerca da ação política de governistas e oposicionistas em contextos estaduais (FIGUEIREDO, 2016; RICCI; ZULINI, 2014). Todavia, permanece pouco desenvolvida a investigação das mudanças no desempenho eleitoral dos partidos. Mantém-se, também, pouco avançada a compreensão dos fatores que determinavam mudanças na organização interna das agremiações estaduais.

Por fim, cumpre destacar que a terceira vertente de análise é referente aos estudos sobre as agremiações nacionais da Primeira República. Nesse particular, houve maior ênfase para os estudos de partidos fundados nos anos 1890, como o Partido Republicano Federal (WITTER, 1986), e nos 1920, a exemplo do Partido Democrático (PRADO, 1986). Os anos 1920 constam como a época que tem obtido maior atenção nas recentes investigações sobre os partidos nacionais. Dessa forma, o estudo a respeito da estrutura e funcionamento do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Nazista tem recebido especial ênfase (ATHAIDES, 2012; COSENZA, 2013; DIETRICH, 2007).

Entretanto, continua pouco conhecida a vida interna dos partidos que tiveram curta duração e atuaram como antagonistas das agremiações predominantes nos estados. Nota-se, também, a permanência de um conhecimento incipiente acerca dos fatores políticos que, nos anos 1910, ocasionaram o surgimento de um partido nacional de oposição. O presente artigo, por seu turno, busca



evidenciar os fatores que tornaram viáveis a encampação, por membros da elite social paranaense, do projeto de fundação de unidades locais do PRL.

Ao longo deste estudo, são empregados procedimentos de análise oriundos da prosopografia (CHARLE, 2010; STONE, 2011). A investigação das carreiras políticas dos dirigentes do PRL no Paraná é decisiva para identificar os aspectos convergentes aos percursos de indivíduos que migraram para o campo oposicionista no Paraná durante os anos 1910. A reunião massiva de informações sobre essas carreiras é realizada por meio da consulta a jornais que funcionavam como diários oficiais do Governo do Paraná. Há, por fim, a utilização de informações provenientes de periódicos ligados aos partidos de oposição e situação então existentes no estado.²

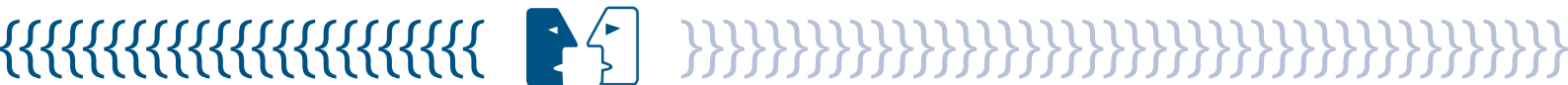
O PRL no Estado no Paraná: o perfil social de suas lideranças e as condições políticas para sua implantação

Na presente seção, são estudadas as carreiras políticas e o perfil social dos vinte candidatos ao PRL do Paraná ao Congresso Legislativo do Estado. Trata-se do único pleito ocorrido no estado para o qual o partido apresentou candidatos. Uma parcela dos membros da Comissão Executiva dessa agremiação integrou essa chapa de candidatos.³ O estudo dos percursos desses postulantes permite o conhecimento da gênese e dos destinos políticos da elite dirigente do PRL no Paraná.

Nesse âmbito, o estudo do princípio das carreiras políticas dos dirigentes locais do PRL permite constatar que tal agremiação era gerida, notadamente, por políticos veteranos radicados na cidade de Curitiba e em outros municípios do primeiro planalto do Paraná. Em suma, compete evidenciar que o PRL do Paraná foi um refúgio temporário para políticos que haviam perdido espaço na agremiação governista, denominada Partido Republicano Paranaense (PRP).

A fundação do PRL ocorreu em 1913. Um objetivo essencial dessa agremiação era sustentar a candidatura Rui Barbosa à Presidência da República, em 1914. O PRL surgiu como um partido de oposição, visto que se opunha ao presidente Hermes da Fonseca. Tal agremiação era também uma antagonista dos partidos situacionistas que funcionavam apenas em âmbito estadual. Nesse contexto, um dos principais contendores do PRL era o Partido Republicano Conservador. Criada em 1910, essa agremiação apoiava o governo do marechal Hermes.⁴ Ela também manteve uma aliança com o partido situacionista do Paraná.⁵

No dia 31 de agosto de 1913, houve a divulgação, pelo diretório nacional do



PRL, das diretrizes administrativas da agremiação. Essas diretrizes definiam a estrutura e as incumbências do diretório nacional e dos diretórios estaduais, os quais eram denominados de *comissões executivas*. Tais orientações também disciplinavam as formas de captação de recursos financeiros para a sustentação das atividades da agremiação.⁶ Por fim, os dirigentes nacionais do partido se ocuparam de estipular os critérios para a participação dos correligionários nas convenções gerais do PRL (O PAIZ, 1 set. 1915, p. 2).

A implantação da Comissão Executiva do PRL do Paraná ocorreu no dia 03 de setembro de 1913, apenas três dias após a divulgação, pelo diretório nacional, das bases administrativas da *grei* (DIÁRIO DA TARDE, 3 set. 1913, p. 1). Uma das primeiras comissões municipais dessa agremiação no Paraná surgiu na cidade litorânea de Antonina, em 13 de setembro. Nesse contexto, a Comissão Executiva do partido, sediada em Curitiba, mantinha um controle sobre a vida interna das unidades locais da agremiação. Os membros dessa Comissão eram encarregados de enviar circulares para orientar o modo de organização interna das comissões municipais. Eles também estipulavam as regras e as épocas de participação dos delegados das comissões municipais nas deliberações que ocorriam na Comissão Executiva estadual (DIÁRIO DA TARDE, 15 set. 1913, p. 3).

Em resumo, a instauração de uma atividade regular das comissões executivas municipais do PRL era uma tarefa crucial a ser executada pelos seus dirigentes no Paraná. De outra parte, verifica-se que para tais dirigentes era necessária a consolidação de um modelo de gestão partidária hierarquizado, no qual as unidades municipais do partido obedecessem prontamente às instruções emanadas da Comissão Estadual. Nesse âmbito, cumpre salientar que havia diferenças entre os fundadores da Comissão Executiva do PRL paranaense. Uma diferença essencial dizia respeito às posições que ocuparam no quadro político do estado antes do ano de 1913.

No Paraná, havia fundadores do PRL que apoiavam as ideias de Rui Barbosa desde a época da campanha presidencial de 1910, na qual o senador baiano foi derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca. Pertencentes à Comissão Executiva do PRL paranaense, esses antigos apoiadores de Rui Barbosa eram Manuel Correia de Freitas (1851-1932), Reinaldo Machado (1868-1918), Roberto Glasser (1878-1958) e Ulisses Falcão Vieira (1885-1942). No dia 22 de agosto de 1909, na cidade do Rio de Janeiro, eles participaram da Convenção em que foi lançada a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República (DIÁRIO DA TARDE, 28 jan. 1910, p. 1).⁷

Em verdade, havia membros do grupo situacionista do Paraná que participaram desse evento. Dentre esses membros, estavam Nestor Victor dos Santos (1868-1932) e Ottoni Ferreira Maciel (1870-1944). Vinculados ao PRP, eles se elegeram para o cargo de deputado estadual nos anos 1910. Todavia, a defesa das ideias do senador baiano não resultou na adesão ao projeto de criação do PRL. Mais precisamente, a defesa da plataforma eleitoral de Rui Barbosa não significou o estágio inicial da evasão de ambos os políticos do grupo governista do Paraná.

Ao mesmo tempo em que demonstraram afinidade com o ideário programático do senador baiano, tais situacionistas buscaram permanecer integrados a um partido que conseguia eleger todos os seus candidatos.⁸ O ato de sair do PRP reduzia a competitividade eleitoral do egresso no cenário político estadual. Assim, convém destacar que os governistas que se vincularam ao PRL do Paraná eram indivíduos cujo momento de maior influência na vida interna do PRP foi nos anos 1900. Trata-se da época em que eles conseguiram ter os seus nomes homologados para as chapas de candidatos a eleições parlamentares.

A fundação do PRL do Paraná foi uma oportunidade para que os antigos situacionistas, ao regressarem ao jogo político estadual, estivessem sustentados por uma agremiação dotada de uma incipiente base eleitoral. Conforme evidenciado na segunda seção deste artigo, nos anos 1910 o pertencimento a um partido de oposição assegurou aos políticos paranaenses um desempenho eleitoral mais expressivo do que o desempenho dos candidatos independentes. O conhecimento dos aspectos inerentes às carreiras dos dirigentes e candidatos do PRL a deputado estadual exige, inicialmente, a atenção às informações do Quadro 1.

Quadro 1 - Atuação política e profissional dos deputados estaduais do Paraná eleitos pelo Partido Republicano Liberal (anterior a 1913)⁹

Nome	Profissão	Município de residência	Posição no quadro partidário estadual antes de 1913	Total de mandatos legislativos exercidos antes de 1913	Total de cargos comissionados exercidos antes de 1913
*Custódio Cardoso Netto	Industrial	Curitiba	Oposição	0	0
*Jaime Balão	Jornalista	Curitiba	Oposição	1	3



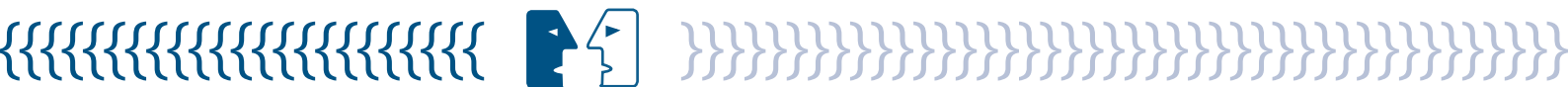
*José Celestino de Oliveira Júnior	Jornalista	Curitiba	Oposição	1	2
*José Ribeiro de Macedo Júnior	Industrial	Campina Grande do Sul	Situação	0	0
*Nicolau Mader	Industrial	Curitiba	Oposição	2	0
*Reinaldo Machado	Médico	Curitiba	Situação	1	0
*Roberto Glasser	Comerciante	Curitiba	Oposição	0	0
Teotônio Marcondes de Albuquerque	Fazendeiro	Castro	Situação	1	2
*Ulisses Falcão Vieira	Advogado	Curitiba	Oposição	0	2
*Wallace de Mello e Silva	Ferroviário	Curitiba	Situação	1	0

Fontes: A República – PR (1888-1912); Diário da Tarde – PR (1899-1912); Gazeta Paranaense – PR (1882-1889).

A análise das informações inseridas nesse Quadro permite a elaboração de duas constatações. A primeira constatação diz respeito ao fato de que os membros do PRL do Paraná eleitoralmente mais competitivos residiam, em sua quase totalidade, na cidade de Curitiba. Em novembro de 1913, quando ocorreu o pleito para o Congresso Legislativo do Paraná, aquela agremiação elegeu somente dois correligionários não residentes na capital do estado. Foi pouco relevante, no PRL paranaense, a presença de políticos do interior dotados de uma consistente base eleitoral.

De todo modo, os dois deputados eleitos que não residiam em Curitiba – Teotônio de Albuquerque e Macedo Júnior – enquadravam-se no perfil político comum aos membros da Comissão Executiva do PRL do Paraná. Um elemento desse perfil era o antigo pertencimento ao grupo governista. Esses indivíduos eram diferentes entre si em virtude da natureza do vínculo que mantiveram com o grupo governista.

A relação mantida por Teotônio de Albuquerque com o grupo situacionista lhe permitiu obter cargos comissionados ao longo dos anos 1900. Uma das nomeações conquistadas por ele era a de 1º suplente de Juiz de Direito na Comarca de Castro. Tratava-se de uma nomeação efetuada pelo governador do Estado (A REPÚBLICA, 30 jul. 1908, p. 2). É necessário salientar que, em



1905, Albuquerque foi eleito deputado estadual por um partido de oposição, o Partido Republicano (DIÁRIO DA TARDE, 17 dez. 1905, p. 1). Em 1908, contudo, ele já estava acomodado no grupo governista. Assim, uma semelhança entre Albuquerque e as demais lideranças do PRL paranaense era a manutenção de uma relação volúvel com o partido situacionista do estado.

De outra parte, o envolvimento de José Ribeiro Macedo Júnior na agremiação governista do Paraná foi limitado à participação, em 1908, no diretório que o partido mantinha no município de Campina Grande do Sul (A REPÚBLICA, 12 mar. 1908, p. 1). Dessa maneira, desde os anos 1900 Macedo era uma liderança política de um município do primeiro planalto paranaense. Realizada no decorrer desta seção, a análise do Quadro 2 permite corroborar a afirmação de que o PRL teve o respaldo de lideranças políticas de municípios interioranos. Contudo, essas lideranças eram menos competitivas, do ponto de vista eleitoral, em relação aos correligionários do PRL que viviam em Curitiba.

A segunda constatação é referente ao fato de que os membros eleitoralmente mais competitivos do PRL paranaense eram pertencentes a diferentes gerações. Havia, pois, um aspecto heterogêneo no perfil político e social dos membros da chapa apresentada pela agremiação na eleição estadual de 1913. Em verdade, os estudos históricos têm destacado que a convivência entre distintas gerações foi um aspecto da vida interna dos partidos no decorrer do século XX. Elas se diferenciam em virtude do grau de influência que exercem sobre uma agremiação (BERSTEIN, 2003).

Na composição da chapa de candidatos do PRL ao Congresso do Legislativo do Paraná, nota-se a presença de dois grupos: os políticos veteranos e os novatos. Os primeiros, em sua totalidade, eram egressos do partido governista. Eles conquistaram posições de relevo na Comissão Executiva da agremiação. Conforme acima destacado, a presidência do partido coube ao então deputado federal Manuel Correia de Freitas. Uma semelhança entre tais veteranos diz respeito ao fato de que, no início dos anos 1910, não tiveram a oportunidade de ser incluídos em chapas de candidatos a cargos legislativos e de conquistar cargos comissionados.

Portanto, a adesão desses indivíduos ao PRL ocorreu após a perda de espaço no partido governista. Na eleição estadual de 1913, os veteranos do PRL tiveram um desempenho eleitoral mais expressivo do que os novatos. A despeito de terem migrado para a oposição, eles ainda preservavam sua competitividade eleitoral. Ao mesmo tempo, as informações do Quadro 1 evidenciam que os veteranos tinham maior espaço na cúpula do partido em relação aos novatos.



Os novatos, por sua vez, eram indivíduos que haviam começado a atuar na política por meio da defesa das ideias e das pretensões eleitorais de Rui Barbosa. Portanto, eles estrearam na vida partidária na condição de opositores. Na última seção deste artigo, é demonstrado que, após a extinção do PRL, houve membros históricos da oposição que se integraram ao grupo situacionista do Paraná. Assim, um aspecto das diferenças entre tais membros era a maior ou menor propensão para adentrarem ao campo situacionista. No fim dos anos 1910, portanto, esses antigos apoiadores de Rui Barbosa não permaneceram politicamente próximos.

O estudo do Quadro 2 permite reconhecer que, em sua maior parte, os membros do PRL menos competitivos eleitoralmente eram semelhantes entre si em virtude da origem de sua atuação política. Tal origem foi marcada pelo vínculo ao situacionismo. Esse Quadro também permite evidenciar que, em larga medida, os candidatos dessa *grei* eram oriundos de áreas do planalto paranaense. Havia apenas um postulante lançado pelo PRL que residia em um município litorâneo, Morretes.¹⁰

Quadro 2 - Atuação política e profissional dos deputados estaduais do Paraná eleitos pelo Partido Republicano Liberal (anterior a 1913)¹¹

Nome	Profissão	Município de residência	Posição no quadro partidário estadual antes de 1913	Total de mandatos legislativos exercidos antes de 1913	Total de mandatos executivos exercidos antes de 1913	Total de cargos comissionados exercidos antes de 1913
Antônio Gomes de Oliveira	Engenheiro Agrônomo	Entre Rios	Situação	1	0	2
Antônio Teixeira Saboia	Negociante	Irati	Situação	0	1	0
Augusto Faria Rocha	Advogado	Curitiba	Situação	0	0	1
Domingos Duarte Veloso	Farmacêutico	Curitiba	Situação	1	0	0
Ernesto Frederico de Queirós	Fazendeiro	Guarapuava	Situação	0	0	2

José Francisco da Rocha Pombo	Jornalista	Rio de Janeiro (RJ)	Situação	1	0	0
José Infante Vieira	Fazendeiro	Jacarezinho	Oposição	1	0	0
João Rodrigo de Freitas	Escrivão do Poder Judiciário	Morretes	Sem filiação	0	0	0
José Maria da Costa Faria	Comerciante	Ponta Grossa	Oposição	0	0	0
Irineu Ferreira Guimarães Cunha	Advogado	São José da Boa Vista	Situação	0	0	1

Fontes: A República – PR (1888-1912); Diário da Tarde – PR (1899-1912); Gazeta Paranaense – PR (1882-1889).

A partir de tais informações, convém sustentar duas constatações. A primeira constatação é referente ao fato de que, em sua maior parte, os candidatos derrotados do PRL atuavam na vida política de municípios interioranos desde a época anterior à fundação desse partido. Nesse grupo de correligionários, portanto, havia indivíduos que se enquadravam na qualidade de veteranos da política.

Os próceres do PRL paranaense conseguiram cooptar indivíduos que, em áreas interioranas do estado, tiveram a experiência de participar da agremiação governista. Em distintas regiões do Paraná, nos anos 1910, havia indivíduos que experimentaram o declínio de sua influência no PRP. Nesse contexto, no interior do estado também existiam antigos situacionistas que, para permanecerem politicamente ativos, decidiram migrar para a oposição e estruturar localmente o PRL.

Todavia, esse grupo de correligionários não possuía relevante poder político. Os indivíduos recrutados pelo PRL no interior do estado não tiveram o princípio de suas carreiras marcadas pelo exercício ininterrupto de mandatos eletivos e cargos comissionados. A carreira desses indivíduos não foi caracterizada por um processo ascendente. Ao contrário, o exercício de poucos mandatos e eventuais cargos comissionados foi sucedido pela interrupção da participação em eleições e esquemas de nomeações para funções públicas. Havia diferenças entre o grupo de candidatos que não conseguiram se eleger deputados estaduais pelo PRL paranaense em 1913.



De um lado, nota-se nesse grupo a presença de lideranças políticas de cidades do interior. Tais chefes experimentaram a queda de seu poder político ao migrarem para a oposição. De outro lado, havia indivíduos que participavam circunstancialmente de campanhas eleitorais. José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), por exemplo, era um jornalista que não se envolveu de forma permanente no cenário partidário do Paraná. A sua presença na chapa de candidatos do PRL permite enquadrá-lo no perfil de um escritor cuja rede de sociabilidades era marcada pela presença de membros da elite política do estado. Assim, cabe situar tal indivíduo na condição de um intelectual que estabeleceu conexões em diferentes esferas da vida social. Tais conexões são cruciais para promover a absorção do intelectual a espaços como os partidos políticos (SIRINELLI, 2003).¹²

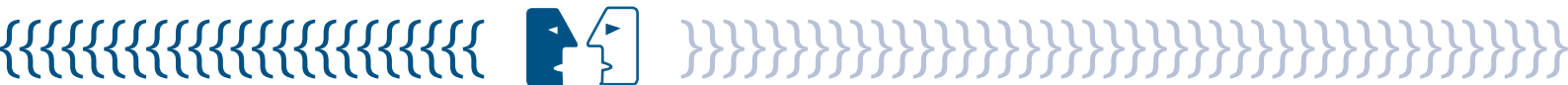
A segunda constatação é referente ao fato de que a maior parte dos candidatos do PRL que não conseguiram se eleger para o Congresso do Paraná, em 1913, eram indivíduos que ainda não haviam exercido mandatos. Eles eram novatos nas disputas eleitorais. A análise do Quadro 2 permite salientar que os dirigentes desse partido construíram uma chapa formada por indivíduos que não se enquadravam na condição de lideranças políticas dos municípios em que estavam radicados.

Em síntese, ao buscar se expandir para áreas do interior do Paraná, o PRL arregimentou indivíduos veteranos da política que estavam afastados do partido governista. Houve, ainda, a absorção de novatos desprovidos de consistente base eleitoral.¹³ De todo modo, a maioria dos candidatos eleitos e não eleitos pelo PRL paranaense permaneceu politicamente ativa após a eleição estadual de 1913.

As vagas do terço e as condições de êxito eleitoral dos candidatos do PRL

Há dois argumentos sustentados nesta seção. Primeiro, cumpre evidenciar que, em grande medida, o êxito eleitoral de dez candidatos do PRL a deputado estadual do Paraná foi decorrente do não preenchimento de uma chapa completa de candidatos pelo partido governista. Segundo, trata-se de demonstrar que o pertencimento a um partido, ainda que de oposição, assegurava um desempenho eleitoral mais relevante do que o desempenho conseguido pelos candidatos avulsos.

A Constituição do Estado do Paraná promulgada em 1892, em seu Artigo 114,



contém a seguinte determinação: “Lei especial regulará o modo de qualificação, o processo e as incompatibilidades eleitorais, garantindo a representação das minorias no Congresso [Estadual] e nas câmaras municipais” (PARANÁ, 1909, p. 18). No Paraná, desde o início da Primeira República, havia a previsão de assegurar, por meio de lei complementar, a presença dos grupos políticos minoritários nas instâncias do Poder Legislativo. Tal regulamentação jamais foi elaborada.

De sua parte, a Constituição Estadual do Paraná promulgada em 1927 determinava, em seu Artigo 57, que “A lei estabelecerá um regime eleitoral que permita representação das minorias” (PARANÁ, 1927, p. 2). A redação de tal Constituição evidenciou que ainda perdurava, no Paraná dos anos finais da Primeira República, a indefinição sobre o tema da garantia de representação mínima à oposição nas instâncias legislativas.

A ausência de regras precisas sobre esse tema criou uma situação na qual a eleição de opositores do PRP para cargos legislativos era um acontecimento eventual. Tal eleição ocorria nos momentos em que o partido predominante decidia não apresentar uma chapa completa de candidatos. Mais precisamente, essa eleição acontecia nas épocas em que os situacionistas não preenchiam um terço das vagas em disputa para os diferentes cargos legislativos. Os membros do partido governista ora consentiam com a eleição de um terço de opositores para postos legislativos, ora negavam a pertinência dessa concessão. Essa indefinição era verificada na formação das chapas governistas para os cargos de deputado federal e deputado estadual.¹⁴

Em 1911, na eleição para deputado estadual imediatamente anterior àquela em que o PRL participou, o PRP apresentou uma chapa contendo trinta candidatos. Era, portanto, uma chapa completa (A REPÚBLICA, 16 out. 1911, p. 1). Por consequência, não houve opositores eleitos nessa ocasião. Em 1915, os situacionistas mantiveram a decisão adotada na eleição de 1913. Desse modo, lançaram apenas vinte candidatos e permitiram que a oposição elege um terço dos deputados (A REPÚBLICA, 13 out. 1915, p. 2). No âmbito do Congresso Legislativo paranaense, o terço significava dez vagas. Este era, pois, o limite definido pela situação para a presença circunstancial de seus antagonistas em tal instituição.

Em 1917, no entanto, o PRP retomou a prática de apresentar chapa completa ao Congresso do Paraná, de modo a tornar inviável a eleição dos seus opositores (A REPÚBLICA, 26 out. 1917, p. 1). Em 1919, os governistas também conseguiram eleger todos os seus trinta candidatos àquela instituição (A REPÚBLICA, 21



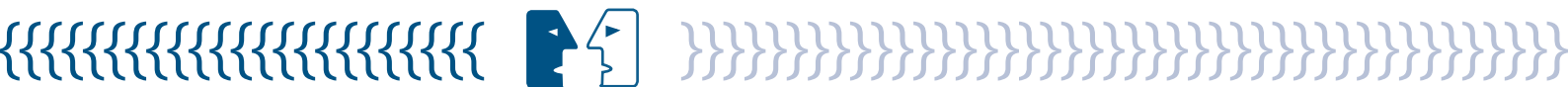
nov. 1919, p. 3). Desse modo, no fim dos anos 1910 o PRP exerceu o controle absoluto sobre o Legislativo Estadual.

Na eleição de 1913, o PRL paranaense lançou uma chapa contendo vinte candidatos a deputado estadual. Ou seja, ele ambicionou ter uma presença maior naquele Congresso do que o espaço concedido pelo PRP. Em tal pleito, os antagonistas do partido situacionista não estavam unidos. Eles estavam divididos em dois grupos. Um grupo era composto pelos vinte postulantes do PRL. O outro grupo era formado por dez indivíduos sem filiação partidária. A análise do início da trajetória política dos candidatos avulsos permite corroborar o argumento segundo o qual, no Paraná dos anos 1910, uma expressiva parcela dos opositores havia pertencido ao partido governista existente no estado. Atente-se, portanto, às informações do Quadro 3.

Quadro 3 - Perfil político e profissional dos candidatos avulsos ao Congresso Legislativo do Paraná em 1913

Nome	Profissão	Município de residência	Posição no quadro partidário paranaense antes de 1913
Alfredo Carneiro Franco	Tabelião	Imbituva	Situação
Bernardo Ribeiro Viana	Médico	Palmas	Situação
Brasílio Celestino de Oliveira	Negociante	Rio Negro	Situação
Caio Graco Machado Lima	Jornalista	Curitiba	Situação
Emílio Ribeiro Gomes	Negociante	Ribeirão Claro	Situação
Ermelino Agostinho de Leão	Advogado	Antonina	Oposição
Frederico Ernesto Virmond	Fazendeiro	Guarapuava	Situação
Ernesto Guimarães Vilella	Negociante	Ponta Grossa	Situação
José Carvalho de Oliveira	Negociante	Curitiba	Situação
José dos Santos Ribas	Negociante	Serro Azul	Situação

Fontes: A República – PR (1888-1912); Diário da Tarde – PR (1899-1912); Diário do Comércio – PR (1891-1894).



Os indivíduos que, em 1913, se lançaram como candidatos independentes a deputado estadual do Paraná se assemelhavam pelo fato de que a defesa da ordem política governista fez parte do momento inicial de suas carreiras. Porém, a diferença existente entre eles era referente ao momento em que saíram do grupo situacionista. Caio Machado, por exemplo, tivera suas últimas oportunidades de eleger-se deputado estadual pelo partido predominante no fim dos anos 1900. Brasília de Oliveira, por sua vez, saíra do PRP ao tempo da criação do PRL.

No Paraná, no decorrer dos anos 1900, os partidos oposicionistas tiveram curta existência. A esse respeito, convém mencionar que, antes do surgimento do PRL, a última iniciativa de criação de um partido de oposição no estado datava de 1909. Tal agremiação era o Partido Republicano Federal (PRF). Nessa época, o grupo de oposição no Paraná era comandado por egressos do situacionismo. Porém, esses egressos não cultivaram entre si uma aliança duradoura (A REPÚBLICA, 20 jan. 1909, p. 1).

A migração para o PRF foi uma iniciativa de governistas dissidentes para enfrentar nas eleições os seus antigos aliados. De modo análogo aos fundadores do PRL paranaense, os chefes do PRF enxergaram no pertencimento a um partido uma forma de permanecerem politicamente ativos após perderem saírem da ordem governista. O PRF, porém, foi extinto em 1909 (DIÁRIO DA TARDE, 24 maio 1909, p.1).

Nessa época, no Paraná, os oposicionistas que estavam ligados a partidos angariaram mais votos do que aqueles que se lançavam como postulantes avulsos. Tal situação ocorreu, por exemplo, na eleição para deputado federal realizada nesse estado no ano de 1909. Nessa ocasião, o candidato do PRF, Randolfo Serzedelo, obteve 8.666 votos. O postulante avulso, João de Meneses Dória, angariou apenas 552 sufrágios. Eles não se elegeram para as quatro vagas em disputa (A REPÚBLICA, 2 mar. 1909, p. 1).

Na eleição estadual de 1913, tal situação se repetiu. Ou seja, os oposicionistas sem filiação partidária tiveram um desempenho eleitoral menos significativo em relação aos seus adversários que pertenciam a um partido. A despeito de ser um partido recém-constituído, o PRL paranaense conseguiu formar uma base eleitoral que tornou os seus candidatos mais competitivos do que os postulantes independentes. Atente-se, pois, à votação dos três grupos de candidatos ao Congresso Legislativo do Paraná:

Tabela 1 - Desempenho eleitoral dos candidatos ao Congresso Legislativo do Paraná (1913)



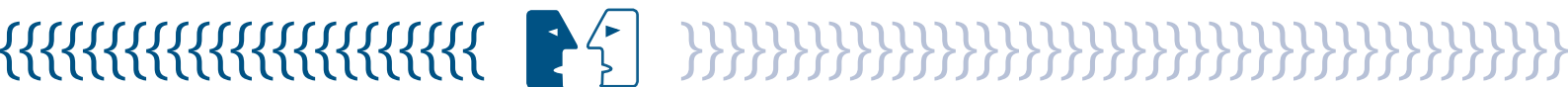
Nome do partido	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos do candidato	% dos votos obtidos pelo candidato
Partido Republicano Paranaense	20	20	274.682	83,6
Partido Republicano Liberal	20	10	39.757	12,1
Sem partido	10	0	14.105	4,3
Total	50	30	328.544	100

Fonte: A República – PR (18 dez. 1913, p.2).

De um lado, o resultado exposto nesse Quadro permite salientar que o lançamento de trinta candidaturas de oposição não foi suficiente para ameaçar a eleição dos postulantes do PRP. Era muito estável o predomínio exercido por tal agremiação no cenário político estadual. De outro lado, convém ressaltar que esse predomínio criava uma situação na qual os oposicionistas competiam entre si pelas ocasionais vagas do terço abertas pelos situacionistas. Assim, os candidatos que os oposicionistas tinham condições de suplantarem eram aqueles que também combatiam o partido predominante.

As informações da Tabela 1 permitem reconhecer a relação entre o pertencimento a um partido político e o desempenho eleitoral. Os candidatos do PRL conseguiram obter da vigésima primeira à quadragésima posição no pleito. De sua parte, os dez candidatos sem filiação partidária obtiveram as últimas colocações nessa disputa.

Trata-se de salientar que, para os candidatos do PRP e do PRL, o pertencimento a uma agremiação foi decisivo para que tivessem uma base eleitoral mais consistente. De sua parte, os candidatos avulsos eram indivíduos que, ao se afastarem da ordem governista, conheceram a perda de tal base. O pertencimento a parentelas que exerceram posições de comando na administração estadual não foi suficiente para que candidatos como Caio Machado conservassem o poder político de seus ascendentes.¹⁵ Em síntese, os resultados apresentados neste artigo evidenciam que a filiação partidária, no contexto das eleições



parlamentares realizadas no Paraná dos anos 1910, mostrou-se um fator decisivo para a obtenção de êxito eleitoral.

Os resultados da eleição estadual de 1913 demonstram que, a despeito do predomínio do PRP, havia grupos de oposição dispostos a conquistar a posição de antagonistas da agremiação oficial. Os êxitos eleitorais do PRP não inibiram o surgimento desses grupos. O lançamento de distintas candidaturas de oposição era decorrente do fato de que, no interior do situacionismo, havia permanentes desfiliações. Os egressos enxergavam na filiação aos efêmeros partidos estaduais e nacionais de oposição uma oportunidade para conservarem um espaço no campo político paranaense.

A extinção do PRL e o desfecho das carreiras políticas dos seus fundadores no Paraná

Na presente seção são fundamentados dois argumentos. Primeiro, compete evidenciar que, após a extinção do PRL, uma parte de seus dirigentes no Paraná retornou ao partido governista existente nesse estado. Esse retorno lhes permitiu a conquista de mandatos em instituições como o Congresso Legislativo e a Câmara Municipal de Curitiba. Segundo, cabe salientar que, concernente ao grupo de candidatos do PRL derrotados no pleito de 1913, também houve a migração uma parcela de seus membros para o núcleo político governista.

Um indício das dificuldades para o PRL se tornar uma agremiação eleitoralmente viável consistiu na renúncia de Rui Barbosa, em dezembro de 1913, à sua candidatura presidencial. Os dirigentes nacionais do PRL, contudo, salientaram que tal desistência não implicava a saída do partido do campo oposicionista. Ao contrário, eles reafirmaram o seu distanciamento em relação aos governistas e, em particular, ao Partido Republicano Conservador (DIÁRIO DA TARDE, 12 jan. 1914, p. 4).

A despeito da suspensão daquela candidatura, os correligionários do PRL sufragaram os nomes de Rui Barbosa e Alfredo Ellis para os cargos de presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Na eleição presidencial de 1º de março de 1914, a chapa do PRL obteve votos em todo o Brasil. Dessa forma, houve correligionários desse partido que permaneceram articulados para amealhar votos em favor de candidaturas que não estavam oficialmente homologadas. Nessa ocasião, o candidato vencedor, Venceslau Brás, conquistou 91,7% dos votos para presidente. Rui Barbosa, por seu turno, angariou 8,2% dos sufrágios.¹⁶



No Paraná, o percentual de votos obtidos por Rui Barbosa foi inferior ao percentual nacional de sua votação. Nesse estado, o senador baiano conseguiu apenas 2% dos sufrágios.¹⁷ De todo modo, o PRL no Paraná, no ano de 1914, continuou em atividade. A eleição de dez deputados estaduais no ano anterior foi um fator que impulsionou o funcionamento local da *grei*.

Foi no ano de 1915 que ocorreu o ocaso do PRL nos níveis estadual e nacional. Nesse contexto, no âmbito da vida política do Paraná, houve uma aproximação entre os membros desse partido e os integrantes da Concentração Republicana, uma coligação de oposicionistas que fora criada no referido ano. De modo análogo ao caso do PRL paranaense, a Concentração era comandada por egressos do partido situacionista.¹⁸ Um dos líderes do PRL, Celestino Júnior, negou que houvesse uma articulação para incorporar membros dessa agremiação à Concentração. Ele admitiu, porém, a necessidade de o PRL ser reconstruído (A REPÚBLICA, 16 jun. 1915, p. 1).¹⁹

A principal evidência de que as atividades do PRL do Paraná foram encerradas no segundo semestre de 1915 é decorrente do fato de que essa *grei* não apresentou uma chapa de candidatos para a eleição às vagas do Congresso do Estado. Dois indivíduos que haviam disputado o cargo de deputado estadual pelo PRL em 1913 conseguiram se reeleger, em 1915, na qualidade de candidatos governistas. Esses candidatos eram Jaime Balão e Ulisses Vieira (A REPÚBLICA, 23 ago. 1915, p. 1).

Em 1915, houve três fundadores do PRL que se elegeram deputados estaduais em uma chapa apoiada pela Associação Comercial do Paraná. Esses candidatos eram José Francisco da Rocha Pombo, José Ribeiro de Macedo Júnior e Nicolau Mader (A REPÚBLICA, 13 out. 1915, p. 2). Nessa época, portanto, tais indivíduos não possuíam filiação partidária. O lançamento das candidaturas desses fundadores do PRL paranaense é um indício de que, nessa época, os próceres locais da agremiação não desenvolviam mais uma ação política conjunta. O desaparecimento desse partido em âmbito nacional não estimulou os gestores do diretório paranaense a tentarem conservar a sua condição de líderes da oposição estadual. No fim dos anos 1910, a migração para o campo situacionista foi o destino comum a tais líderes²⁰

As informações veiculadas em órgãos de imprensa evidenciam que o segundo semestre de 1915 foi o momento em que ocorreu o encerramento das atividades do diretório nacional do PRL. Nessa época, houve membros do PRC e o do PRL que ensaiaram, na capital federal, formar uma aliança com o objetivo de criar um partido nacional. A nova agremiação apoiaria o presidente Venceslau Brás



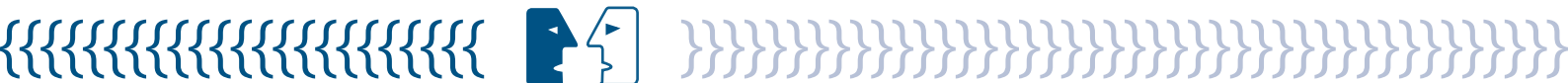
(DIÁRIO DA TARDE, 16 set. 1915, p. 1). Tal projeto não se concretizou. Contudo, ele é uma evidência de que nesse período os dois partidos nacionais existentes no Brasil passavam por um processo de esgotamento em virtude da perda de correligionários. Ao mesmo tempo, essa informação consiste em um indício de que membros do PRL de diferentes estados já se inclinavam para atuar como políticos situacionistas.

Por fim, em fevereiro de 1916, o jornal carioca *O Paiz* já classificava o PRL como um *efêmero partido* (O PAIZ, 4 fev. 1916, p. 1). No primeiro semestre desse ano, algumas unidades locais do PRL continuaram a funcionar, tais como as existentes no Piauí (JORNAL DO BRASIL, 7 jan. 1916, p. 9) e Espírito Santo (JORNAL DO COMÉRCIO, 7 abr. 1916, p. 2). Ou seja, antigos diretórios regionais do PRL atuaram, por tempo limitado, como agremiações autônomas.

Por meio da análise do Quadro 4, nota-se que a maior parte dos deputados estaduais eleitos pelo PRL do Paraná em 1913 passaram, no fim de suas carreiras, a integrar o partido governista do estado. Atente-se, assim, às seguintes informações:

Quadro 4 - Atuação política e profissional dos deputados estaduais do Paraná eleitos pelo Partido Republicano Liberal (posterior a 1915)²¹

Nome	Profissão	Município de residência	Posição no quadro partidário estadual	Total de mandatos legislativos exercidos após 1915	Total de cargos comissionados exercidos após 1915
*Custódio Cardoso Netto	Industrial	Curitiba	Situação	0	0
*Jaime Balão	Jornalista	Curitiba	Situação	4	0
*José Celestino de Oliveira Júnior	Jornalista	Curitiba	Sem filiação	0	0
*José Ribeiro de Macedo Júnior	Industrial	Campina Grande do Sul	Situação	2	0
*Nicolau Mader	Industrial	Curitiba	Situação	4	0



*Reinaldo Machado	Médico	Curitiba	Sem filiação	0	0
*Roberto Glasser	Comerciante	Curitiba	Oposição	1	2
Teotônio Marcondes de Albuquerque	Fazendeiro	Castro	Situação	2	0
*Ulisses Falcão Vieira	Advogado	Curitiba	Situação	2	3
*Wallace de Mello e Silva	Ferroviário	Curitiba	Situação	2	1

Fontes: A República – PR (1913-1930); Diário da Tarde – PR (1913-1930); Diário do Comércio – PR (1913-1930).

Os fundadores do PRL que aderiram ao partido governista puderam retomar a carreira política que desenvolveram ao tempo de sua primeira passagem pelo situacionismo. Os indivíduos que aparecem nesse Quadro como marcados pelo exercício de diversos mandatos são aqueles que conseguiram ter os seus nomes homologados, de forma reiterada, para as chapas que o partido predominante apresentava nas disputas para cargos legislativos.

Os situacionistas residentes na capital paranaense, notadamente Jaime Balão e Nicolau Mader, também lograram exercer mandato de vereador. A aproximação entre os membros do PRL absorvidos pelo grupo governista diz respeito ao fato de que, após o ano de 1915, foi pouco relevante o seu envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Assim, a inclusão dos seus nomes no rol de candidatos pelo partido predominante é o principal indicador de sua força política.

De sua parte, Roberto Glasser foi o único dirigente do PRL que permaneceu na condição de opositor do PRP após o ano de 1915. Ele conseguiu suas mais relevantes oportunidades de atuação na vida política após o fim da Primeira República. Mais precisamente, cumpre salientar que Glasser conquistou maior projeção no cenário político paranaense quando se elegeu senador, em 1945,

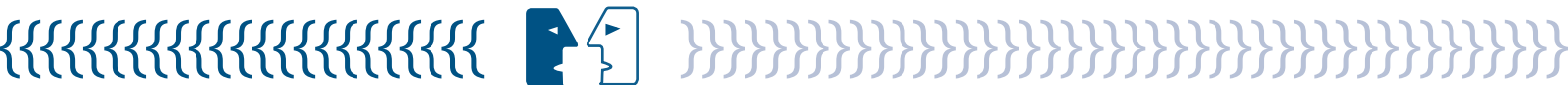


pelo Partido Social Democrático (ABREU, 2015).²²

Por fim, convém ressaltar que os candidatos do PRL derrotados na eleição estadual de 1913 não conheceram o aumento de suas oportunidades de atuação na vida político-administrativa no período posterior à extinção dessa *grei*. Ao contrário, eles permaneceram, em sua maior parte, marcados pela pouca influência na vida política dos municípios em que estavam fixados. Após o fim do PRL, a migração para o campo governista também foi um aspecto da atuação política de uma parte desses candidatos derrotados. Atente-se, assim, às informações do seguinte Quadro:

Quadro 5 – Atuação política e profissional dos candidatos não eleitos ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Partido Republicano Liberal (posterior a 1915)

Nome	Profissão	Município de residência	Posição no quadro partidário estadual após 1915	Total de mandatos legislativos exercidos após 1915	Total de cargos comissionados exercidos após 1915
Antônio Gomes de Oliveira	Engenheiro Agrônomo	Entre Rios	Sem filiação	0	0
Antônio Teixeira Saboia	Negociante	Irati	Oposição	0	0
Augusto Faria Rocha	Advogado	Curitiba	Situação	0	2
Domingos Duarte Veloso	Comerciante	Curitiba	Situação	1	0
Ernesto Frederico de Queirós	Fazendeiro	Guarapuava	Sem filiação	0	0
José Francisco da Rocha Pombo	Jornalista	Rio de Janeiro (RJ)	Sem filiação	1	0
José Infante Vieira	Fazendeiro	Jacarezinho	Situação	1	0
João Rodrigo de Freitas	Escrivão do Poder Judiciário	Morretes	Situação	0	1
José Maria da Costa Faria	Comerciante	Curitiba	Sem filiação	0	0



Irineu Ferreira Guimarães Cunha	Advogado	São João da Boa Vista	Sem filiação	0	0
--	----------	--------------------------	--------------	---	---

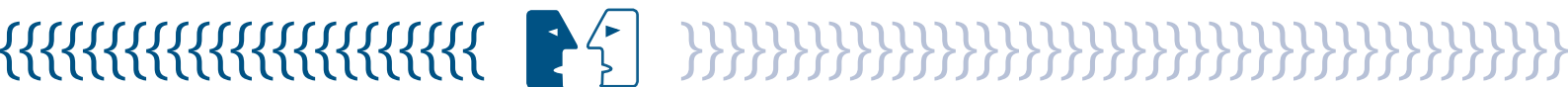
Fontes: A República – PR (1913-1930); Diário da Tarde – PR (1913-1930); Diário do Comércio – PR (1913-1930).

Os indivíduos citados no Quadro 5 que ingressaram no grupo governista conseguiram ser incorporados aos esquemas de nomeações para cargos comissionados. Nesse âmbito, houve somente dois casos de membros do PRL que, ao migrarem para o grupo situacionista, conseguiram exercer mandatos eletivos no fim dos anos 1910. Domingos Veloso tornou-se vereador de Curitiba. José Infante Vieira, por sua vez, exerceu a vereança em Jacarezinho (A REPÚBLICA, 16 mar. 1918, p. 3).

Por outro lado, os cargos comissionados obtidos pelos indivíduos citados em tal Quadro não lhes permitiram a acomodação em posições decisivas nas esferas da administração pública do Paraná. Augusto Faria Rocha, por exemplo, conseguiu capitalizar a sua formação jurídica para ser nomeado Juiz Municipal de Piraí (A REPÚBLICA, 29 ago. 1917, p. 2). João Rodrigo de Freitas, por seu turno, foi Inspetor de Ensino no município de Morretes (A REPÚBLICA, 2 dez. 1919, p. 1). Em ambos os casos, portanto, a obtenção de nomeações foi o limite das oportunidades proporcionadas pela proximidade com o grupo político governista. A aproximação aos governistas gerou benefícios mais duradouros para os correligionários do PRL que, nos anos 1900, tiveram uma passagem pelo campo situacionista. Um benefício era o pertencimento a uma agremiação cuja força política assegurava o sucesso eleitoral dos seus candidatos.

Considerações finais

A abordagem desenvolvida neste artigo teve por objetivo reconhecer, por meio de um estudo de caso, a função exercida por membros de elites locais no projeto de consolidação de um partido nacional, o PRL. Os resultados apresentados no decorrer desta investigação permitem elaborar cinco constatações. A primeira constatação diz respeito ao fato de que tal agremiação, no Paraná, foi fundada tanto por participantes da Campanha Civilista de 1910 quanto por egressos do partido governista do estado. Desse modo, o PRL foi um refúgio momentâneo para indivíduos que haviam perdido espaço na *grei* situacionista. O malogro



da iniciativa de organizar localmente esse partido implicou o retorno desses governistas ao seu partido de origem, o PRP.

A segunda constatação ressalta que, no Paraná dos anos 1910, a formação de grupos de oposição era uma característica de membros decaídos da ordem situacionista. Portanto, o PRL no Paraná incorporou aos seus quadros políticos veteranos cuja base eleitoral foi construída ao tempo em que apoiavam o grupo governista. Nesse contexto, não existia no Paraná um número expressivo de lideranças da oposição sem passagens pelo partido predominante.

A terceira constatação afirma que a ausência de uma regulamentação sobre as formas de acesso da oposição às esferas do Poder Legislativo permitiu que, em 1913, o PRL conseguisse eleger uma parte de seus candidatos para o cargo de deputado estadual. Tal eleição não é uma evidência de que esse partido tinha uma sólida base eleitoral no Paraná. Ao contrário, esse sucesso eleitoral foi derivado da concessão, pelos governistas, da oportunidade de a oposição ter um espaço momentâneo no Congresso Legislativo do Estado. De todo modo, o pertencimento ao PRL garantiu aos candidatos eleitos e não eleitos uma votação superior àquela conquistada pelos postulantes avulsos. A quarta constatação salienta que a extinção do PRL do Paraná gerou, aos seus fundadores, o regresso a uma situação política na qual estavam acomodados nos anos 1900. Os egressos da *grei* governista retornaram ao PRP. Tal retorno lhes permitiu exercer mandatos em instituições legislativas nas quais haviam ingressado durante a sua primeira passagem pelo situacionismo.

A quinta constatação ressalta que, após a extinção do PRL paranaense, não houve iniciativas consistentes de organização de um partido estadual de oposição. Nos anos 1910, os efêmeros partidos de oposição não possuíam unidade interna, bem como não tiveram sucesso eleitoral. Dessa forma, o dirigente do PRL que permaneceu na oposição após o ano de 1915 obteve as suas mais relevantes oportunidades na vida política após o fim da Primeira República.

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS, as oposições e a Revolução de 23*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ABREU, Alzira (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.



ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. p. 57-98.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. p. 41-54.

COSENZA, Apoena. *Um partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1934*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DANTAS, José Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DIETRICH, Ana. *Nazismo tropical? :o Partido Nazista no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

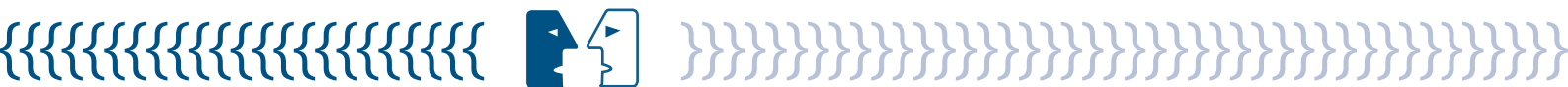
FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

FONTOURA, João Neves da. *Rui Barbosa, orador*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GONÇALVES, João. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.



LYNCH, Christian Edward Cyril. A utopia democrática: Rui Barbosa entre o império e a república. In: SENNA, Marta (org.). *Rui Barbosa: seleção de textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 37-66.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MONTENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

PARANÁ. [Constituição (1892)]. *Constituição Política do Estado do Paraná*. Curitiba: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1909.

PARANÁ. [Constituição (1927)]. *Constituição Política do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1927.²³

PARANÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha*. Curitiba: [s. n.], 1923.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

PORTO, José. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951.

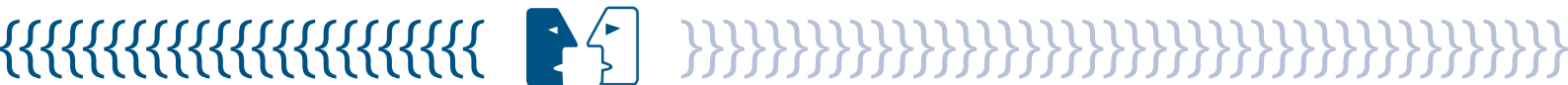
PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

RESENDE, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG: Proed, 1982.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.

SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana*



da Primeira República. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. p. 231-270.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WITTER, José Sebastião. *O Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Fontes

A REPÚBLICA (PR). Curitiba, 1888-1930.

DIÁRIO DA TARDE (PR). Curitiba, 1899-1930.

DIÁRIO DO COMÉRCIO (PR) Curitiba, 1891-1930.

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). Rio de Janeiro, 1915-1921.

GAZETA PARANAENSE (PR). Curitiba, 1882-1889.

JORNAL DO BRASIL (RJ). Rio de Janeiro, 1916-1918.

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ). Rio de Janeiro, 1916.

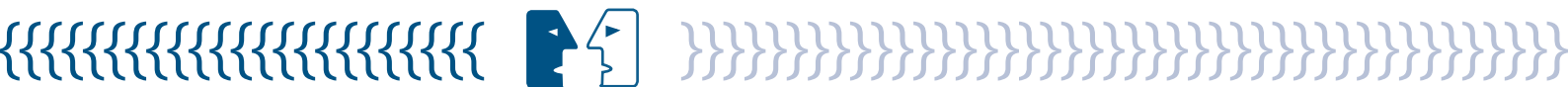
O PAIZ (RJ). Rio de Janeiro, 1915-1916.

Notas

¹Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de Pós-Doutorado no PPGHIS/UFPR.

²As fontes aqui empregadas estão disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³Os dirigentes do PRL paranaense que não se candidataram nessa ocasião eram os seguintes: Manuel Correia de Freitas (Presidente do partido); Luciano da Rocha Júnior (Primeiro Secretário); João Viana Seiler (Segundo Tesoureiro) (DIÁRIO DA TARDE, 3 ago. 1913, p. 1). Dentre tais indivíduos, apenas Correia de Freitas havia exercido mandatos.



Era expressivo o número de dirigentes do PRL paranaense que possuía pouca experiência nas lides partidárias ao tempo da fundação desse partido.

⁴No Paraná, a principal liderança do PRC era o senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940). Tratava-se de um político que apoiava tanto o Governo Federal quanto o Governo paranaense. O PRC do Paraná funcionou como um partido que, junto ao Partido Republicano Paranaense, cumpria a tarefa de defender os governadores. O rompimento entre o PRP e o PRC ocorreu apenas em 1915, época em que ambos os partidos apresentaram candidatos na disputa por uma vaga de senador pelo Paraná (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 jun. 1915, p. 6). Ao passar para o campo oposicionista, o PRC do Paraná conheceu a diminuição de sua força política (JORNAL DO BRASIL, 9 dez. 1918, p. 1).

⁵Uma diferença entre o PRL e o PRC diz respeito à duração de ambas as agremiações. A desistência de Rui Barbosa de candidatar-se à Presidência em 1914 foi elemento capital para a desestruturação e extinção dessa *grei*. O assassinato da liderança maior do PRC, Pinheiro Machado, não implicou o ocaso dessa agremiação. Após tal episódio, ocorrido em setembro de 1915, esse partido não se extinguiu. No fim dos anos 1920, o PRC permanecia em atividade. Nessa época, ele ainda possuía diretórios instalados em diferentes estados (JORNAL DO BRASIL, 25 ago. 1929, p. 6).

⁶As diretrizes determinavam que os correligionários fornecessem uma contribuição mensal à caixa do partido. Contudo, elas não estipularam um valor mínimo para a mensalidade (O PAIZ, 1 set. 1915, p. 2).

⁷Manuel Correia de Freitas e Reinaldo Machado tiveram passagens pelo grupo governista do Paraná antes de se tornarem apoiadores de Rui Barbosa. Vinculado ao partido predominante no estado, Machado conseguira se eleger deputado estadual em 1899 e 1901. Correia de Freitas, por seu turno, elegera-se deputado federal em 1909 vinculado ao partido situacionista. Desse modo, convém salientar que o PRL do Paraná era liderado por indivíduos cujo pertencimento à ordem governista esgotara-se no fim dos anos 1900. Ambos os políticos também se aproximam pelo fato de que, após a dissolução do PRL, não retornaram ao partido situacionista.

⁸No dia 16 de fevereiro de 1914, na sessão do Congresso Legislativo do Paraná, Ottoni Maciel afirmou que não concordou com o fato de a Convenção que lançou Rui Barbosa à Presidência em 1913 ter determinado a criação um partido, o PRL. Assim, uma discordância de Maciel foi decorrente do fato de que a decisão tomada naquela Convenção obrigava os correligionários do senador baiano a abandonar os seus partidos de origem e formar apenas uma agremiação (A REPÚBLICA, 2 jun. 1914, p. 3-4).

⁹Os indivíduos cujos nomes são precedidos por asteriscos eram membros da Comissão Executiva do Partido Republicano Liberal no Paraná.

¹⁰Cabe ressaltar que o candidato do PRL que residia no litoral, João Rodrigo de Freitas, teve um desempenho eleitoral pouco expressivo. Dentre os vinte candidatos que o partido lançou na eleição estadual de 1913, ele obteve a penúltima colocação, com 1.583 votos. No quadro geral de candidatos, conquistou a trigésima nona posição no pleito (A REPÚBLICA, 18 dez. 1913, p. 2). Dessa forma, o PRL do Paraná não conseguiu recrutar no litoral paranaense indivíduos eleitoralmente competitivos.

¹¹Os indivíduos cujos nomes são precedidos por asteriscos eram membros da Comissão Executiva do Partido Republicano Liberal no Paraná.



¹²Cabe destacar a peculiaridade da carreira política de Rocha Pombo. Tratava-se de um indivíduo que foi eleito deputado provincial no Paraná em 1886 pelo Partido Conservador. Ele estreou na política como membro do partido que, na ocasião, era situacionista. Na Primeira República, Rocha Pombo manteve a inclinação governista. Nos anos 1900, ele era um apoiador da principal liderança situacionista do Paraná, Vicente Machado (A REPÚBLICA, 5 jan. 1907, p. 2). A extinção do PRL não implicou o distanciamento de Rocha Pombo em relação aos indivíduos que estavam acomodados em posições decisivas na política estadual. Em 1922, por exemplo, ele obteve do Governo do Paraná o patrocínio para a publicação do seu livro *História do Brasil* (PARANÁ, 1923, p. 16).

¹³Nos Quadros 1 e 2, Custódio Cardoso Netto e João Rodrigo de Freitas constam como candidatos que não exerceram cargos públicos antes de 1913. Tais indivíduos tiveram destinos políticos semelhantes após o mencionado ano. Essa semelhança consiste no vínculo ao situacionismo estadual. O destino de João de Freitas foi marcado pela participação em políticas de nomeações para cargos comissionados. Custódio Netto, por sua vez, não exerceu novos mandatos após 1915. No entanto, ele também era um apoiador da agremiação predominante no estado, o Partido Republicano Paranaense (A REPÚBLICA, 7 out. 1916, p. 1). Os resultados da presente análise demonstram que foi pouco duradouro o período em que os fundadores do PRL do Paraná permaneceram sem vínculos partidários.

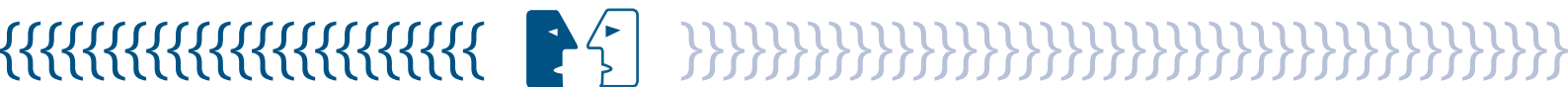
¹⁴No Paraná, a formação de chapas incompletas de candidatos governistas a deputado federal e a eleição de oposicionistas para tal cargo ocorreram apenas nos anos de 1906, 1912 e 1915 (A REPÚBLICA, 19 mar. 1915, p. 1). Desse modo, a participação de oposicionistas do Paraná na Câmara dos Deputados era eventual. O terço, no âmbito da bancada federal paranaense, significava uma vaga. Os governistas não tinham um entendimento definido sobre a pertinência de montar chapa incompleta e tornar viável o acesso da minoria naquela instituição. Na eleição ocorrida em 1896, por exemplo, os situacionistas do Paraná cogitaram a possibilidade de apresentar uma chapa incompleta à Câmara dos Deputados para garantir o acesso de um oposicionista a essa instituição. Contudo, à última hora eles decidiram manter o controle integral das vagas (A REPÚBLICA, 13 dez. 1896, p. 1).

¹⁵Caio Machado (1885-1954) era filho de Vicente Machado (1860-1907), ex-governador do Paraná.

¹⁶Os números absolutos da votação dos candidatos à Presidência em 1914 são os seguintes: Venceslau Brás, 532.107; Rui Barbosa, 47.782; José Gomes Pinheiro Machado, 222. Os candidatos à vice-presidência, por sua vez, obtiveram as seguintes votações: Urbano Santos, 556.127; Alfredo Ellis, 18.580; José Joaquim Seabra, 926 (PORTO, 2002, p. 158).

¹⁷Os números absolutos da eleição presidencial no Paraná, em 1914, são os seguintes: Venceslau Brás, 13.373; Rui Barbosa, 268. Votação dos candidatos à vice-presidência no estado: Urbano Santos, 13.374; Alfredo Ellis, 268 (A REPÚBLICA, 6 mar. 1914, p. 2).

¹⁸Um dos principais líderes da Concentração foi o antigo governista Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940). Após a extinção dessa *grei*, ele criou uma agremiação estadual denominada Partido Autonomista (PA). A existência dessa agremiação foi limitada aos anos de 1919 a 1921. Portanto, o PA não conseguiu promover uma duradoura integração entre as lideranças políticas que haviam se evadido do partido predominante (GAZETA



DE NOTÍCIAS, 2 mar. 1921, p. 3).

¹⁹No segundo de semestre de 1915, houve a cisão do PRL do Piauí. Cabe destacar que o antagonismo entre os líderes do partido em tal estado tornou-se público após o resultado de uma eleição de deputados estaduais. Em tal pleito, o PRL local lançou apenas um candidato, Raimundo dos Santos, que não se elegeu (O PAIZ, 16 nov. 1915, p. 1). No Paraná, em 1915, esse partido absteve-se de lançar uma chapa de candidatos a deputado estadual. Portanto, verifica-se que, no referido ano, em diferentes regiões do país, o PRL não possuía a organização interna e a base eleitoral necessária para articular a formação de chapas completas.

²⁰Em 1917, José Ribeiro de Macedo Júnior e Nicolau Mader deixaram a condição de políticos sem partido e se elegeram deputados estaduais na chapa governista (A REPÚBLICA, 3 dez. 1917, p. 1).

²¹Os indivíduos cujos nomes são precedidos por asteriscos eram membros da Comissão Executiva do Partido Republicano Liberal no Paraná.

²²De fato, Antônio Teixeira Saboia também permaneceu como opositor do PRP após a extinção do PRL (A REPÚBLICA, 11 out. 1916, p. 2). Porém, ao contrário de Roberto Glasser, ele não obteve mandatos ao tempo de sua atuação como opositorista.

²³Os textos constitucionais empregados neste artigo estão disponíveis para consulta no seguinte sítio eletrônico: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=141>.